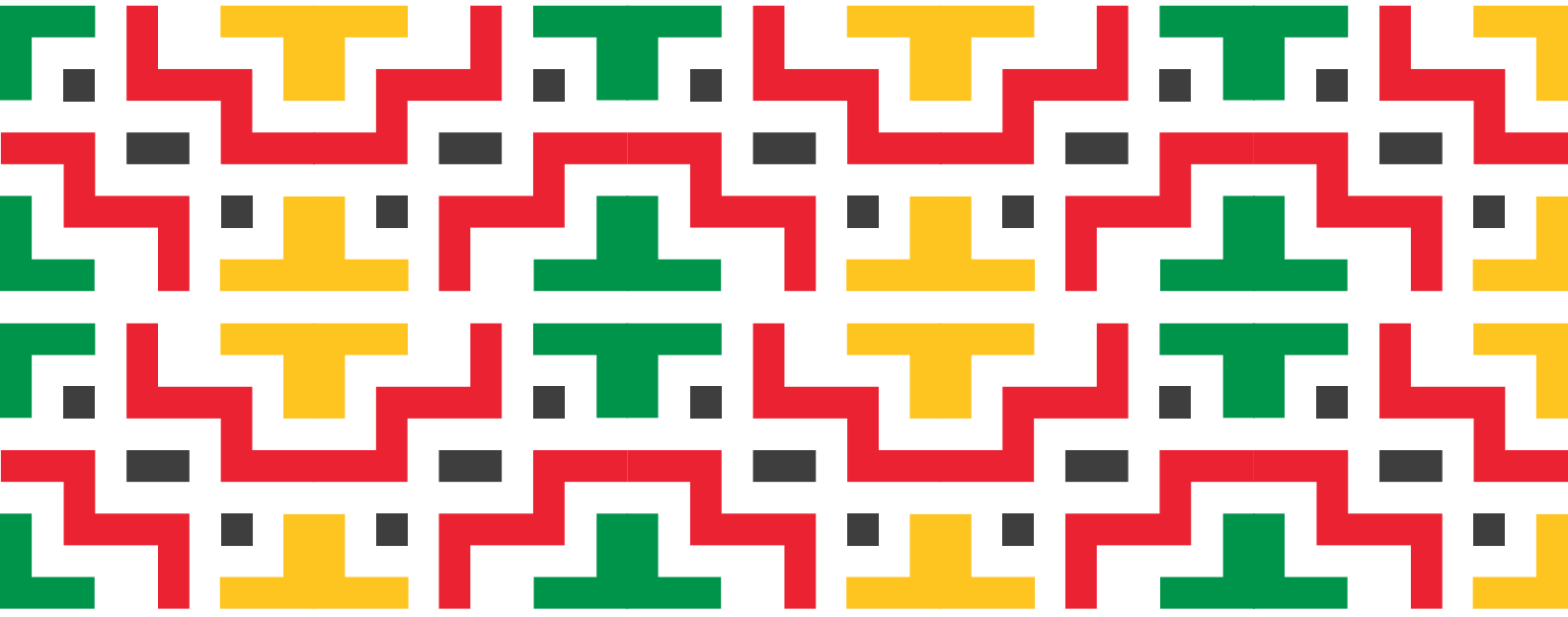
DOCUMENTO ORIENTADOR PARA UM DIÁLOGO PERMANENTE ENTRE O SECTOR EMPRESARIAL E O GOVERNO

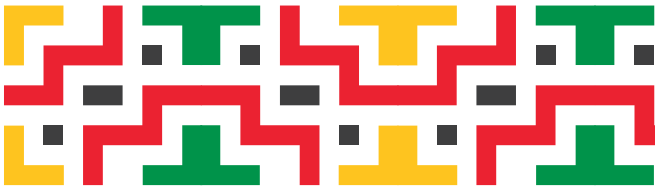
AIGB 2019



ÍNDICE

1.	Lista de Acrónimos	**03**
2.	Introdução	**04**
3.	Análise do contexto geral do país e implicação na actividade privada	**05**
4.	Estrangulamentos que impedem o desenvolvimento da iniciativa privada	**08**
4.1	Problemas estruturais que bloqueiam o desenvolvimento da classe empresarial	**09**
4.2	Problemas administrativos e regulamentares que dificultam o funcionamento da classe empresarial	**12**
5.	Recomendações	**18**
6.	Conclusões	**19**

1.



Lista de Acrónimos

ACI	Avanço de Contribuição Industrial
APGB	Administração dos Portos da Guiné-Bissau
CMB	Câmara Municipal de Bissau
CNC	Conselho Nacional de Carregadores
DAF	Direcção Administrativas e Financeiras
DGCI	Direcção Geral de Contribuições e Impostos
IGV	Imposto Geral sobre Vendas
OMGV	Organisation de Mise en Valeur du Fleuve Gambia
ONGs	Organizações não Governamentais
ORNATOC	Ordem de Contabilistas e Técnicos Oficiais de Contas
PPP	Parcerias Público Privadas

2.

Introdução

A Guiné-Bissau tem vindo a sofrer, nas últimas três décadas, de instabilidade política sistemática, com sucessivas quedas de governos e interrupção de legislaturas através de golpes de estado. Esta instabilidade não permite o desenvolvimento de políticas públicas coerentes que assegurem o desenvolvimento social e económico. O país depara-se com enormes desafios ao nível da prestação de serviços básicos como a saúde e educação, o acesso a serviços de água e eletricidade continuam a ser um privilégio quase único de algumas partes da cidade de Bissau e o mau funcionamento da justiça continua a ser um entrave ao desenvolvimento dos diversos ramos da nossa sociedade (quer privado quer pública).

Os sucessivos governos após a independência não conseguiram criar condições para o desenvolvimento da iniciativa privada nacional, demonstrando uma ausência clara de visão de desenvolvimento por intermédio da iniciativa privada, enquanto principal agente de criação de riqueza nas sociedades modernas.

A iniciativa privada, enquanto motor de desenvolvimento, é a que demonstra maior aptidão para o fomento da inovação, criação de postos de emprego e exploração eficiente de recursos, sejam eles humanos, naturais ou financeiros. O crescimento económico sustentado só poderá ser almejado através de aumento e diversificação dos operadores económicos.

Para tal, é urgente uma mudança de mentalidade do público face ao privado. É necessário que a elite política compreenda que os privados são, em primeira instância, um parceiro de desenvolvimento. É através da iniciativa privada que o Estado poderá ter fontes estáveis e suficientes para fazer face ao programa de desenvo vimento social. Pois, a educação e a saúde têm de ser pagas com as receitas internas provindas da tributação do privado, sendo, portanto, a longo prazo, o melhor parceiro desenvolv mento que o Estado da Guiné-Bissau pode encontrar.

Através deste documento, procuramos de forma simples e directa, descrever o ecossistema específico em que a classe empresarial luta para sobreviver, resultante do próprio contexto político e social do país. Após isso, serão identificados os grandes problemas do sector privado e fornecidas pistas para a resolução dos referidos problemas, classificados em (i) problemas administrativos e regulamentares e (ii) problemas estruturais.

Somos colocados perante uma oportunidade ímpar para que o Estado e a iniciativa privada consigam dialogar e criar consensos em torno de questões fundamentais ao nosso desenvolvimento sustentado. Assim, elaborou-se este documento com o objectivo de espelhar os pontos de vista do privado, bem como aportar contribuições concretas para ajudar o decisor público no processo de mudança de paradigma para o desenvolvimento da Guiné-Bissau apoiado no esforço público e privado.

3.

Análise do contexto geral do país e implicação na actividade privada

A performance do sector privado depende em grande medida do sistema de educação, governação, justiça, saúde, energia e água, infraestruturas e por fim cultura laboral instituída. Pois, a capacidade de atuação do privado é directamente determinada pelos pontos supramencionados.

Assim, vamos proceder à descrição da realidade e prática de cada sector, inferindo as consequências directas para o desempenho do privado.

1. Educação

A educação aparece como a primeira das nossas preocupações, pois a performance de uma empresa é fortemente determinada pelos recursos humanos ao seu dispor. O nosso sistema educativo tem vindo a degradar, ano após ano, com uma fraca carga horária efectiva, degradação da capacidade dos docentes e das infraestruturas escolares, desadequação do plano curricular. O sistema de avaliação e responsabilização dos servidores da educação não incentiva à melhoria de performance.

Impacto na iniciativa privada

Em consequência as empresas têm sérias dificuldades em encontrar recursos capazes, com formação de base para a realização de tarefas administrativas e técnicas, mesmo que de pequena complexidade. As escolas profissionais não respondem às necessidades atuais de formação e procura de tecnicidade do mercado.

2. Governação

A situação caótica do sistema de educação causou, de forma paulatina e consistente, a degradação do próprio cidadão, e em consequência criou o mau servidor publico. O resultado pode-se ver a nível da governação, pois esta é caracterizada pela corrupção, incompetência, abuso de poder e, acima de tudo, na ignorância do servidor público. A atribuição de funções, enquanto servidor público, não é feita com base em meritocracia. Inúmeros servidores públicos desempenham funções de elevada responsabilidade sem terem capacidade objectiva para tal, devido à ausência de concurso público para aferir o melhor candidato para cada função.

Impacto na iniciativa privada

Neste contexto o empresário é um alvo fácil para servidores públicos que recorrem à extorsão como prática corrente e institucionalizada, bem como à discricionariedade para satisfazer o clientelismo instalado.

3.

3. Justiça

A justiça deixou de ser um poder, desde que foi apoderado por interesses dos próprios atores do judiciário, que ao invés de actuarem em nome do Estado e do cidadão, optam por criar sistemas de clientelismo e negociação de decisões. Os processos só andam quando existe alguma pressão por parte dos interessados, sendo muitas vezes o resultado em função da pressão exercida e não em função da justiça. Estes actores do judiciário, em número crescente, retiram vantagens de um sistema que deveria ser cego, sendo comum, portanto, verificarem-se situações em que o poder económico determina a razão aos olhos do tribunal. Assim, os mais desfavorecidos deixaram de ter acesso, como tal deixou de ser um dos pilares de garante de equidade social. Por outro lado, os custos com a justiça são incomportáveis com a situação económica das pessoas e empresas. O status quo da justiça é particularmente gritante no que toca à impunidade dos altos responsáveis do aparelho de estado e políticos.

Impacto na iniciativa privada

Perante uma justiça fragilizada, que funciona de forma tendenciosa, a gestão de conflitos laborais, administrativos e litígios resultantes da actividade privada não encontram uma sede de arbitragem que defenda os investimentos efectuados. É simplesmente mais racional para o privado deixar de fazer determinados negócios, do que embarcar em negócios que apesar de atrativos e rentáveis requerem um pressuposto de bom funcionamento da justiça. Um exemplo claro desta dinâmica é a proliferação de empresas unipessoais, como forma de fugir a potenciais litígios entre os sócios/acionistas, impedindo assim a agregação de recursos e competências de vários privados para o desenvolvimento de uma iniciativa.

4. Saúde

No ambiente acima descrito, sem educação capaz, num meio corrupto e sem justiça, deixou de haver respeito pela vida. Mesmo que o cidadão queira, ainda que com muito sacrifício, pagar pelo serviço, fica sujeito a médicos e enfermeiros, desprovidos de ferramentas e condições básicas de trabalho, que pouco ou nada podem fazer pela vida humana.

Impacto na iniciativa privada

Devido ao acesso precário à saúde, a mão-de-obra é caracterizada por problemas de saúde persistentes. A situação de saúde precária dos funcionários, é agravado pela falta de um sistema de assistência social funcional, o que obriga ao patronato a assumir, muitas vezes, a veste de estado social encarregando-se das despesas com a saúde dos seus empregados. A assiduidade é fortemente afectada por problemas de saúde, sendo aliás uma das principais causas de absentismo.

3.

5. Energia e Água

O acesso a energia e água é uma realidade apenas para uma pequena minoria. As redes são velhas e com baixa cobertura. A empresa pública não demonstra capacidade operacional para fornecer energia a bom preço, em particular para a indústria, uma vez que a política de preço não tem em conta grandes clientes. O desenvolvimento das energias renováveis continua a ser uma miragem.

Impacto na iniciativa privada

O fraco acesso a energia barata e de qualidade é um dos grandes entraves ao surgimento de indústrias, seja ela pesada ou ligeira.

6. Infraestruturas

A péssima gestão das infraestruturas portuárias, aeroportuárias, rodoviárias e de telecomunicações, resultantes de nomeações políticas, muitas vezes, desprovidos de qualquer competência técnica e, apenas motivadas em drenar recursos para interesses políticos e particulares, deixou o sector de infraestruturas completamente disfuncional.

Impacto na iniciativa privada

Neste ambiente, o custo de exploração das empresas tornou-se extremamente elevado. O estado atual das infraestruturas bloqueia o surgimento de actividade privada de valor acrescentado, como é o caso da indústria, ficando o país cada vez mais dependente de actividades de comércio, sem qualquer capacidade de substituição de importações.

7. Cultura Laboral

Por último, mas não menos importante, identificamos a cultura laboral, que é suportada por uma lei laboral de cariz marxista. O trabalhador deixou de se esforçar e acima de tudo deixou de se sentir responsabilizado pela sua função, tornando-se completamente alheio ao esforço conjunto de criação de valor. O brio profissional é, comprovadamente, uma característica cada vez mais rara no comum dos guineenses.

Impacto na iniciativa privada

A relação com o trabalhador é bastante lesiva para o patronato e improdutiva para a economia. O brio profissional deixou de ser uma realidade, por falta de mecanismos de responsabilização face a fraudes, roubo e negligência no exercício das funções.

4.

Estrangulamentos que impedem o desenvolvimento da iniciativa privada

Conforme demonstrado do capítulo anterior, a situação actual do país é pouco convidativa para o surgimento e sobrevivência da iniciativa privada. Pois, é importante que se entenda que a classe empresarial é uma classe que também deve ser cuidada pelo poder político, a par dos jovens e mulheres.

Pois, a retórica política atual tem dado, e de forma correcta, ênfase ao importante papel que os jovens e as mulheres podem assumir no nosso desenvolvimento. No entanto urge alargar a retórica, uma vez que não é possível absorver todas e todos no sector público. A classe empresarial é o receptor mais apropriado para absorver o vasto talento das mulheres e jovens.

Portanto, é importante colocar no centro da agenda política a temática da classe empresarial, visando procurar soluções concretas para os problemas que afectam o seu desenvolvimento.

Os problemas que a classe empresarial enfrenta podem ser divididos em 2 grandes grupos:

- (i) problemas estruturais e;
- (ii) problemas administrativos e regulamentares que bloqueiam o desenvolvimento da classe empresarial.

4.1

Problemas estruturais que bloqueiam o desenvolvimento da classe empresarial

O desenvolvimento da iniciativa privada requer uma política pública consistente e assente numa visão de longo prazo. Urge planear e implementar um conjunto de projectos que consideramos de elevada importância para o reforço da capacidade de actuação dos privados.

Desta feita, destacamos um conjunto de 10 (dez) grandes problemas estruturais e propostas de solução que devem ser implementados nos próximos 10 (dez) anos, e que servirão de alavancagem de toda a classe empresarial nacional:

Problemas estruturais

1.

Ausência de bancos com disponibilidades a longo prazo e juros bonificados. A praça financeira guineense não possui vocação para créditos ao investimento nos sectores de indústria, construção civil, serviços, entre outros. Por outro lado, não existem agências de apoio a empresas e ao empreendedorismo para a elaboração de projectos bancáveis.

2.

Falta de planeamento, programação e priorização para o desenvolvimento da economia do país. Os sucessivos programas de governo e documentos estratégicos de redução de pobreza não têm tido, ao longo dos anos, o necessário enfoque na criação objectiva de riqueza através da promoção da iniciativa privada.

Propostas de Soluções

1.

Criação de um banco de fomento, com disponibilidade para financiar projectos com maturidades de 10 a 25 anos, com juros bonificados. Criação de uma entidade associada ao banco de fomento para apoio à elaboração de projectos e apoio à gestão.

2.

É necessário que se crie um gabinete estratégico para a promoção do investimento. O referido gabinete deve procurar munir-se de benchmarking, com o objectivo de identificar oportunidades de melhoria do nosso desempenho económico.

4.1

Problemas estruturais

3.

Fraca distribuição de energia e política de preços desadequada à indústria e comércio. O fornecimento continua a estar, quase integralmente, limitado à cidade de Bissau. A política de preço não é diferenciada, dificultando a actividade das empresas. As energias renováveis ainda são marginais.

4.

Os serviços públicos de transportes (terrestres, aéreos, fluviais e marítimos) são inexistentes e a política actual não incentiva o surgimento de privados que possam assumir de forma estruturada o transporte urbano e interurbano. A fraca mobilidade interna dificulta o desenvolvimento de todas as actividades económicas e não económicas devido à impossibilidade de deslocação eficiente de pessoas e bens. Por outro lado, o transporte urbano desorganizado torna a circulação, em particular em Bissau, extremamente caótica, para além de colocar em risco de vida os passageiros e comum dos utilizadores das vias públicas (terrestre e marítimo).

5.

Infraestruturas rodoviárias são insuficientes em número e desadequadas no seu formato. As estradas transfronteiriças não respeitam as normas regionais, para além do avançado estado de degradação das mesmas. A generalidade de estradas interurbanas evidencia graves problemas de manutenção, comprovando que o modelo atual não se ajusta às necessidades e realidade das nossas vias.

Propostas de Soluções

3.

Reforço da ação política em torno dos grandes projectos de energia, em particular OMGV e novas centrais, de forma a assegurar que os mesmos sejam concluídos no prazo máximo de 3 anos. A distribuição de energia deverá ser entregue a privados como forma de optimizar a sua gestão, ficando, ainda, a empresa pública com a responsabilidade de produção. A política de preço deverá ser revista de forma a que se diferencie o consumo particular do consumo empresarial, tendo esta última um preçário inverso ao particular (maiores consumidores devem pagar menos por cada unidade consumida). Criar uma política de incentivo à produção de energia renovável por parte de privados.

4.

O Estado deve criar condições para o surgimento de empresas de transporte estruturadas, através de Parcerias Público Privadas (PPP), que possam garantir um sistema de transporte organizado e coerente em Bissau, bem como interurbano (capitais de sector administrativo).

5.

Construção de vias de circulação na cidade de Bissau, em particular a conclusão de cinturas externas e vias internas secundárias. Perante a dificuldade de manutenção das estradas interurbanas, o governo deve estudar a possibilidade de entregar a manutenção a concessionários que possam assegurar boa gestão das vias.

4.1

Problemas estruturais

6.

Ineficiência e elevado custo do porto de Bissau. O único porto comercial existente começa a não ter capacidade de resposta às necessidades do país. A dimensão do porto implica custos de funcionamento elevados, o que leva com que muitos operadores optem por fazer as importações através da Gâmbia e Senegal, e posterior entrada por via terrestre.

7.

As infraestruturas aeroportuárias não permitem a operação eficiente de voos cargo devido à falta de infraestruturas de suporte como armazéns de frio e seco, espaço de parqueamento de aeronaves cargo e equipamentos de handling aeroportuário.

8.

Inexistência de uma política concreta para a promoção da pequena e média indústria, em particular nas áreas em que o pais tem matérias-primas abundantes.

9.

O acesso à justiça não é universal devido aos elevados custos que a tramitação processual impõe, **a justiça é um serviço muito caro** e totalmente desproporcional com a realidade económica do nosso país.

10.

O actual papel marginal do turismo na economia demonstra um elevado desperdício dos nossos recursos. O potencial de desenvolvimento turístico é elevado, podendo eventualmente ser um dos principais clusters de crescimento futuro da Guiné-Bissau.

Propostas de Soluções

6.

É necessário colocar em marcha a construção do porto de Buba, num modelo de PPP. Enquanto não é materializada a construção do porto de Buba, é urgente realizar investimentos de modernização de operações portuárias, dragagem do cais e canal, reabilitação dos recursos humanos da APGB e concessão do negócio a privado especializado em portos desta natureza.

7.

É de suma importância a construção de armazéns alfandegados nas imediações do aeroporto e construção de armazéns de frio junto do atual armazém da alfândega.

8.

Promoção de polos industriais e condições de financiamento específicas para a indústria de forma a retirar partido de produtos tais como peixe, frutas, legumes, inertes, madeira, entre outros.

9.

O custo de acesso à justiça deve ser revisto de forma a incentivar que os litígios sejam resolvidos através dessa instância. Para tal, propomos a revisão das custas processuais de forma a que se pague uma taxa para o serviço que os tribunais prestam independentemente do valor da causa.

10.

Elaboração de uma política nacional de turismo realista e que defina a atuação do Estado nos próximos 10 (dez) anos. Reforço de competência técnica do sector através de criação de escola de turismo e hotelaria.

4.2

Problemas administrativos e regulamentares que dificultam o funcionamento da classe empresarial

Ao contrário dos 10 (dez) problemas estruturais acima indicados, que requerem investimentos avultados e totalmente fora da capacidade actual do Estado, existem um conjunto de outros estrangulamentos que podem ser resolvidos sem grandes custos financeiros para o Estado.

São problemas que muitas vezes inviabilizam os negócios, mas que devido à sua natureza, pode-se atuar de imediato. Assim, segue um conjunto de estrangulamentos e propostas de solução que devem ser implementados e saneados até ao término da atual legislatura.

Estrangulamentos

1.

Excessivo avanço de impostos, Avanço de Contribuição Industrial (ACI) e Imposto Geral sobre Vendas (IGV), que impendem sobre os operadores económicos formais, o que provoca graves problemas de tesouraria nas empresas, levando assim a encargos elevadíssimos com bancos, perda de poder negocial junto dos fornecedores, aumento da estrutura de custo e a consequente abertura de oportunidade para o sector informal.

2.

Falta de contabilidade nas Direcções Administrativas e Financeiras (DAF) e Financeiras da administração publica faz com que ninguém se responsabilize pelas dívidas contraídas pelas instituições publicas junto ao sector privado.

Propostas de Soluções

1.

Saneamento das contas do Estado junto do sector privado, através de restituições e suspensão da obrigatoriedade de avanços para os operadores formais.

2.

Tornar obrigatório a existência de contabilidade nas DAF e a sua consequente responsabilização.

4.2

Estrangulamentos

3.

A falta de normalização contabilística faz com que exista muita pressão, frequentemente arbitrária, por parte dos funcionários da Direcção Geral de Contribuições e Impostos (DGCI) junto dos poucos operadores económicos formais. Importa ainda salientar que a agressividade e a excessiva pressão da autoridade aduaneira e fiscal fazem com que muitos operadores, indefesos por não terem uma contabilidade mínima, fujam da formalização. Por outro lado, o baixo número de contabilistas de carreira faz com que seja difícil a formalização da economia, devido à insuficiência de técnicos e ao elevado custo associado á atividade dos poucos contabilistas em funções.

4.

Excessiva burocracia e o desenquadramento das ações da administração face ao desenvolvimento do sector empresarial.

5.

Custo elevado do porto de Bissau e morosidade das operações portuárias.

Propostas de Soluções

3.

Para ultrapassar este conjunto de estrangulamentos é urgente pôr o Conselho Nacional de Contabilidade a funcionar, de forma a assegurar a normalização das práticas contabilísticas. O estado deve definir um plano de ação juntamente com a Ordem de Contabilistas e Técnicos Oficiais de Contas (ORNATOC), em parceria com as instituições de ensino, associações patronais, e associações sectoriais de atividade económica, no sentido de reciclar e qualificar pelo menos 100 contabilistas semestralmente nos próximos 4 anos. A criação de um centro de gestão agregado (autorizado) deve ser uma das prioridades para apoiar a formalização das empresas e reforço de capacidades para a sua autonomização no que concerne a aspectos contabilísticos e de cumprimento fiscal.

4.

Os diversos Ministros das áreas económicas devem nomear um conselheiro para assuntos empresariais, de forma a garantir maior sensibilidade ao sector aquando dos processos de decisão. O mesmo se aplica à Câmara Municipal de Bissau (CMB) e aos Comités de Estado onde devem ser nomeados conselheiros ou vereadores ligados ao sector empresarial.

5.

Privatização ou concessão da gestão do porto de Bissau e Cacheu, através de concurso público internacional. Centralização das receitas das taxas portuárias cobradas pela APGB, bem como as taxas do Conselho Nacional de Carregadores (CNC) de forma a serem canalizadas para a dragagem e sinalização do canal de acesso, criação do porto seco, bem como para a compra de mais e melhores equipamentos.

4.2

Estrangulamentos

6.

Neste momento, qualquer pessoa física ou jurídica efetua operações de importação, independentemente do seu objeto social. O que provoca uma desregulação do sector e consequentemente a concorrência desleal. O sistema actual promove a importação directa por parte de ONGs, projectos e organismos internacionais, bancos, seguros a quem são concedidas isenções, desencorajando a compra local. Este procedimento não permite que os fundos disponibilizados para o País alavanquem o crescimento da economia.

7.

Custo de legalização e registo de imóveis é extremamente elevado, completamente desfasado da nossa realidade económica, faz com que boa parte das pessoas se encontrem vedadas de um direito fundamental, o direito ao registo dos bens, com as consequências daí resultantes. Esta prática de não registo leva a inúmeros conflito, usurpações e incapacidade de dispor dos bens como colateral junto de bancos e terceiros.
As tabelas devem ser atualizadas, tendo em conta a realidade do país. E todo o processo de cadastro e legalização de terrenos e imóveis devem ser entregues ao requerente só após o registo e a criação da respetiva matriz. Para simplificar o processo de aquisição e registo propomos a criação de um guichet único.
Deve ser afixado a nova tabela das custas de registo.

Propostas de Soluções

6.

Limitação das operações de importação apenas às entidades que tenham a importação como objeto social. Devem ser criadas condições para que o processo de isenção seja automático quando a importação é feita através de empresa nacional com esse objecto social. Automatização e simplificação dos processos de isenção através de importadores regulares, deverá permitir estabelecer o prazo máximo de 48 horas para obtenção de visto de isenção no processo de desalfandegamento das instituições que gozam desse direito, sem o prejuízo da fiscalização posterior.
No caso de mercadorias já desalfandegadas, o Estado deve efetuar a restituição das taxas e impostos pagos pelos importadores regulares.

7.

As tabelas devem ser atualizadas, tendo em conta a realidade do país. E todo o processo de cadastro e legalização de terrenos e imóveis devem ser entregues ao requerente só após o registo e a criação da respetiva matriz. Para simplificar o processo de aquisição e registo propomos a criação de um guichet único. Deve ser afixado a nova tabela das custas de registo.

4.2

Estrangulamentos

8.

Falta de política fiscal em relação a produtos estratégicos, faz com que o país não tire proveito do valor desses produtos e nem desenvolva capacidades técnicas resultantes do esforço de transformação.

9.

Fraco conhecimento da legislação por parte do servidor público, baseando-se, cada vez mais, a administração em despachos avulso, ordens verbais dos chefes e por vezes de autoria do próprio funcionário.

10.

Aumento da importação de mercadorias através dos portos do Senegal e Gâmbia, com subsequente recurso a grupagem de mercadorias que nem sempre são declaradas, e na maioria dos casos desprovidos de manifestos detalhados.

11.

A gestão dos cofres da justiça, no sentido lato, deixa muito a desejar. É comum os processos terminarem e a parte que tem direito a recuperação de custas nem sempre consegue reaver o montante em causa.

Propostas de Soluções

8.

Os produtos estratégicos devem ter um tratamento especial, procurando-se aumentar a criação de valor no país, e o consequente reforço da arrecadação de receitas para o Estado. Deixamos aqui dois exemplos:

- (i) A extração de areia pesada de Varela, por ser uma atividade que não exige grande tecnologia e de baixo investimento, deveria ser preferencialmente confiado a uma empresa nacional que opte por mão-de-obra local.
- (ii) Para se tirar o melhor proveito da nossa produção abundante de fruta biológica, todos os equipamentos necessários à transformação e embalagem de fruta, polpa e compota de frutas deveriam ser isentos de taxas e impostos.

9.

Instituição de obrigatoriedade de ordens escritas, com indicação clara e detalhada da legislação que a suporta.

10.

Controlo do processo de importação terrestre através da criação de alvarás específicos. Os transitários/"locataires" devem ser obrigados a funcionar com armazéns alfandegados, de forma a que o desembaraço aduaneiro seja feito pelo destinatário final das grupagens/ mercadorias.

11.

Propomos a criação urgente do Instituto de Gestão Financeira e Patrimonial da Justiça com a prerrogativa, entre outras, de gerir o Cofre de Justiça, Cofre dos Notários e Conservadores.

4.2

Estrangulamentos

12.

Excessiva morosidade no desembaraço alfandegário, levando muitas vezes os importadores a pagar multas de sobrestadia da mercadoria no porto, para além de óbvios prejuízos ao nível da exploração das empresas.

13.

A gestão actual do aeroporto é ineficiente, demonstrando grande falta de capacidade técnica e profissional, fortemente determinado por nomeações políticas e partidárias, sem levar em conta os requisitos de funcionamento aeroportuários.

14.

Existe um número reduzido de agentes económicos sobre os quais incide grande parte da pressão fiscal. É importante alargar o número de contribuintes, nomeadamente os importadores ainda informais. Muitos dos documentos, em particular facturas e recibos, emitidos por empresas comercias não são elegíveis pela DGCI.

Propostas de Soluções

12.

Formação e nomeação de verificadores competentes para que se consiga ter um conjunto de funcionários a desempenhar essas funções de forma a que, cada verificador seja autoridade máxima num despacho, sem que para tal tenha que estar sujeito a assinatura do director da alfândega, que por norma atrasa o desenrolar normal do desalfandegamento. O reforço de autoridade do verificador deverá ser acompanhado pela devida fiscalização e responsabilização dos seus actos.

13.

Melhoria da gestão do aeroporto através da profissionalização de todo o staff. Proceder a um estudo para aferir a adequabilidade e viabilidade de uma eventual gestão privada do aeroporto.

14.

Ónus de formalização dos agentes económicos deve assentar sobre o estado, não devendo os operadores privados formais serem prejudicados pela falta de formalização vigente. A título de exemplo: compete à DGCI exigir a todas as empresas comerciais a emissão de facturas elegíveis.
É necessário aumentar a fiscalização, acompanhado de uma atuação que desencoraje o informal, através um sistema que torne a informalidade mais onerosa do que a formalidade, com recurso a taxas específicas na importação e fiscalização da actividade económica dos actores informais.

4.2

Estrangulamentos

15.

É galopante o número de comerciantes sazonais, que instituíram uma prática de fecho e abertura de novas empresas para cada exercício económico como forma de fugir ao fisco. Verifica-se um uso abusivo da figura de suspensão de actividade.

16.

A tipologia de concursos públicos actuais, excluem materialmente os privados nacionais, pois os critérios não se coadunam com a dimensão do nosso mercado, incluindo casos de obras e fornecimentos de execução técnica simples.

Propostas de Soluções

15.

Mecanismo para dificultar a sazonalidade através de cruzamento de informação de identificação da pessoa física e pessoa moral, em particular no sector da comercialização do caju. Limitar a utilização da figura de suspensão de actividade a casos de força maior.

16.

O Estado deve definir uma política de promoção de oportunidades para as empresas nacionais para prestação de obras públicas e fornecimentos.

5.

Recomendações

Como forma de orientar o nosso diálogo com o Estado, recomendamos um conjunto de ações que permitiram a assunção das responsabilidades de parte a parte:

- (i) Criação de um conselho económico empresarial que será um mecanismo, permanente e ágil, de diálogo entre o público e o privado, provido de competência própria;
- (ii) Adição das propostas de solução dos problemas estruturais no programa de desenvolvimento Terra Ranka;
- (iii) Revisão do Plano de Acção 2020-2022 de Melhoria do Clima de Investimento na Guiné-Bissau, incluindo o conjunto de 16 pontos indicados na secção Problemas administrativos e regulamentares que dificultam o funcionamento da classe empresarial, ponto 4.2. supra do presente documento;

6.

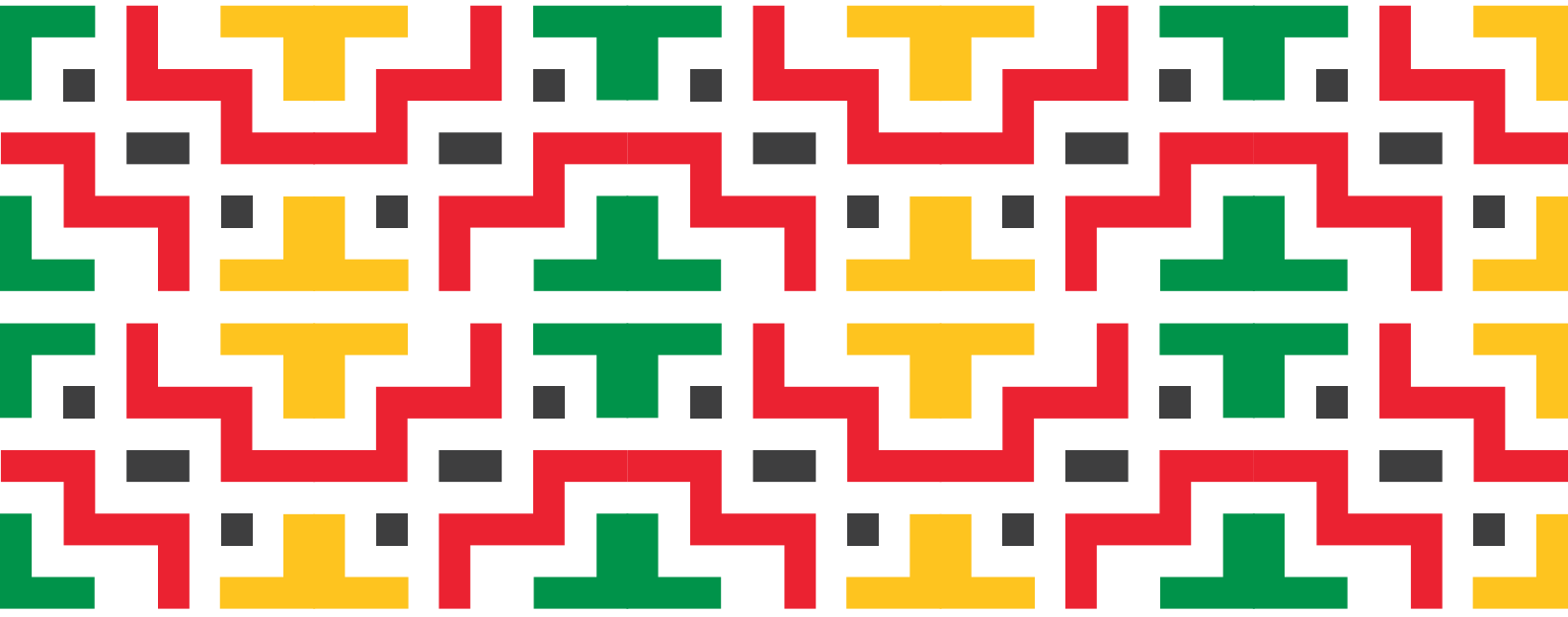
Conclusões

A classe empresarial irá propor e promover a criação de um conselho económico empresarial que será um mecanismo de seguimento destas propostas, procurando de forma construtiva e permanente dialogar com o Estado no sentido de encontrar soluções aos problemas acima indicados.

É nossa convicção que devemos persistir com estas questões até que sejam integralmente ultrapassados todos os estrangulamentos administrativos e regulamentares. Pois são práticas nocivas à iniciativa privada, e consequentemente impeditivas do desenvolvimento social por falta de receitas fiscais que permitam a actuação do Estado.

Os problemas estruturais vão ser acompanhados por nós, legislatura após legislatura, governo após governo até que os mesmos possam ser solucionados. No nosso diálogo com o Estado, sempre que abordarmos questões estratégicas, iremos colocar como parte integrante dos pontos de discussão os 10 (dez) problemas estruturais que afectam o nosso desenvolvimento.

Queremos com esta iniciativa assumir em plenitude a nossa responsabilidade na criação de riqueza para que o Estado possa também assumir as suas responsabilidades na redistribuição da mesma, e assegurar um clima propício ao desenvolvimento sustentado e equitativo da nossa sociedade.

DOCUMENTO ORIENTADOR PARA UM DIÁLOGO PERMANENTE ENTRE O SECTOR EMPRESARIAL E O GOVERNO

AIGB 2019